



BOLETIM DO SINTRAJUSC



(48)32224668



sintrajusc



SintrajuscSindicato



Sintrajusc

Florianópolis (SC) - 19 de março de 2025 - nº 1504

Só sai na pressão! Quinta tem Ato por carreira e reposição

O Sintrajusc convida a categoria a participar do Dia Nacional de Luta convocado pela Fenajufe para 20 de março, quinta-feira.

Em Santa Catarina, a mobilização será das 13 às 16 horas na rampa do TRT-SC. Haverá transporte da Justiça Federal para o TRT-SC às 12h40.

O Sindicato orienta as unidades fora da capital a fazer manifestações em frente aos prédios e, se possível, reunir colegas das Justiças Federal, do Trabalho e Eleitoral. Mode-

los de faixas e cartazes estão na página do Sindicato para confecção nas cidades. O material será pago pelo Sindicato mediante apresentação de nota fiscal.

O Dia Nacional de Luta chama a unidade da categoria para pressionar o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF, pela apresentação de uma proposta de carreira que repõe as perdas salariais, aproxime a carreira dos servidores do Poder Judiciário da União das do ciclo de gestão do Executivo e

sobreponha novamente as tabelas dos cargos para reduzir a diferença remuneratória entre eles.

A pressão também é por concurso público e estabilidade, ameaçadas por iniciativas como a residência jurídica e pela recente decisão do STF que fragiliza o Regime Jurídico Único (RJU) e permite a contratação de servidores pela CLT.

Outra preocupação é a ameaça de aumento de gastos na saúde dos servidores ativos e

**20 de
março**

COLOQUE ESTE DIA NA
SUA AGENDA, CONVERSE COM
SEUS COLEGAS E VAMOS
PREPARAR UM GRANDE ATO



MINISTRO BARROSO!
Chega de demora, cadê a proposta
de carreira e reposição salarial?

aposentados da Justiça do Trabalho motivada pelo orçamento com recursos limitados em 2025 na respectiva rubrica, as mudanças em discussão no CSJT e o impacto da tentativa da magistratura de implementar o auxílio-saúde em até 8% dos seus subsídios, criando mais uma diferenciação entre magistrados e servidores.

Não há garantia de que haja suplementação orçamentária para cobrir o aumento do ressarcimento da magistratura e isso pode levar os servidores e servidoras a gastarem mais

com a manutenção do convênio, situação que pode piorar com os reajustes salgados dos planos de saúde.

Soma-se a isso a onda sem fim de penduricalhos autoconcedidos pela magistratura e as consequências dela na demora na apresentação de uma política salarial para as e os servidores por parte do STF no Fórum de Carreira do qual a Fenajufe faz parte.

Só sai com pressão!

No dia 12 de março, o diretor-geral do STF, Eduardo

Toledo, em reunião com a Fenajufe, indicou que haverá reajuste em janeiro de 2026. Segundo ele, o índice será definido até junho de 2025 e até o mês de agosto deste ano um Projeto de Lei deverá ser enviado ao Congresso Nacional. O objetivo seria incluir a recomposição no Anexo V da Lei Orçamentária de 2026.

Certo é que, como demonstra nossa história, somente a mobilização da categoria pode transformar este calendário anunciado pelo diretor-geral do STF em realidade.

Propostas precarizam Justiça Eleitoral

O Sintrajusc aguarda retorno do TRE-SC para agendar reunião sobre um conjunto de propostas, saídas do encontro nacional de secretários de gestão de pessoas (SGPs) da Justiça Eleitoral, ocorrido em dezembro passado, que, dentre outras questões, trata da prospecção de ações para mitigar ou sanar a insuficiência da força de trabalho. Para o Sintrajusc e a Fenajufe, na prática, as sugestões promovem um desmonte da estrutura da Justiça Eleitoral. A Fenajufe já levou a preocupação ao diretor-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Miguel Ricardo de Oliveira Piazzzi.

Ações precarizantes propostas pela cúpula da JE:

- criação de mecanismo de avaliação de desempenho para aumentar a produtividade da força de trabalho;
- redução da estrutura física de atendimento, adequando a quantidade

mínima de eleitores por zona eleitoral;

- terceirização de atividades que hoje são desempenhadas por servidores;
- a institucionalização da residência jurídica centralizada, com supervisão de magistrado;
- iniciar o estudo do rezoneamento para extinguir zonas eleitorais e concentrar seus servidores efetivos em zonas regionais, a exemplo da estrutura das varas federais;
- agrupamento das zonas eleitorais em polos: reunir zonas próximas num único prédio com atendimento ao eleitor em forma de central, mantendo no cartório a sua equipe e o juiz.

O documento aponta, ainda, que a pressão dos Sindicatos pode ser um obstáculo para a efetivação de algumas dessas sugestões.

O TSE informou que o tema não avançou e que se limitou apenas à discussão ocorrida no encontro de SGPs. A Fenajufe reforçou a importância da capilaridade da Justiça Elei-

toral para evitar o retorno de velhas práticas – como o voto de cabresto, coronelismo – e reforçou a importância de se investir no quadro de servidoras e servidores concursados para garantir um atendimento de qualidade à população e o acesso pleno ao exercício da democracia com o voto, diferentemente de trabalhadores precarizados na mesma função.

Requisitados

Outro ponto urgente foi a questão da devolução de requisitados. Para a Fenajufe e o Sintrajusc, temos que lutar pelo preenchimento dessas vagas por servidores concursados, e não pelas medidas sugeridas que, se implementadas, significam o desmonte da JE. O diretor-geral explicou que, a princípio, não há no horizonte uma possível prorrogação, mas que o tema será resolvido pela presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia.

